

COMUNISMO: emancipação abstrata

Rafael Oliveira¹

I

Em parte, a referência de Marx à classe trabalhadora pode ser atribuída ao universo de problemas que enfrentava ao seu tempo. O excuro ao tema da exploração da força de trabalho revela seu compromisso em livrar-se do que entendia ser um desvio especulativo. Para Marx, filósofos como Bauer e Stirner, ao porem-se à tarefa de incitar a liberdade humana, puseram-se sob uma fraseologia destituída de qualquer conexão prática com o mundo. Ao ignorarem as circunstâncias históricas em sua realidade material, teriam, entre outras coisas, repetido Hegel quando imaginavam superá-lo. Mesmo na crítica de Feuerbach ao sistema hegeliano, que parece ter influenciado Marx, para ele, essa impostura deveria ser acusada. Apesar de correta sua recusa ante ao idealismo hegeliano, Marx compreendia que o realismo-empiricista de Feuerbach estava apartado de uma concepção materialista do homem, embora fosse capaz de antropologizar sua exposição sobre a realidade. Em suma, para toda filosofia alemã faltaria uma compreensão ajustada à historicidade do mundo, na medida em ele não aparece, em nenhum caso, como produto histórico-social da atividade humana tanto quanto uma condição igualmente histórica e social para ela. Não obstante, segundo Vázquez (2007), aproximação de Marx ao materialismo feuerbachiano serviu para que formulasse teoricamente um aspecto importante da experiência humana no contexto social promovido pelo capitalismo. De acordo com o autor, o conceito marxiano de alienação

parte de Feuerbach não só porque com ele a alienação se situa em um plano humano (antropológico), mas também porque toma dele a própria estrutura do processo de alienação que se conserva nos Manuscritos de 1844, a saber: a) a objetivação do sujeito no produto de sua atividade; b) objetificação como alienação ou estranhamento; c) ação inversa do objeto sobre o sujeito que se traduz no empobrecimento, submissão ou 'desposseção' deste (2007, p.416)

Sem entrar no mérito da relação que Marx manteve com Feuerbach e Hegel (SAMPAIO & FREDERICO, 2009), a posição de Vázquez é instrutiva para esse artigo. Pois, é suficientemente abrangente para expor a posição geral da tradição marxista quanto ao tema da alienação. Está convencionado que a consolidação de Marx como pensador excetuado da tradição idealista alemã foi forçada pela “embaraçosa obrigação de opinar

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Sociólogo e membro do Círculo de Estudos da Ideia e da Ideologia.

sobre os chamados interesses materiais” (MARX, 2008, p.46). Marx estaria acompanhando uma tendência do pensamento importante de seu tempo, perceptível em sua transição da filosofia à economia. Contrastando com a filosofia idealista, o universo de fenômenos reconhecidos pela economia política forneceria um melhor ângulo para que pudesse refletir acerca da dominação e, claro, suas vias de superação efetivas. Com maior consequência que digressões sobre da “essência humana”, mantidas e incentivadas pela filosofia alemã, pode-se dizer que o manuseio crítico de conceitos e categorias provenientes da economia política promoveu condições teóricas mais oportunas para que Marx pudesse pensar os meios práticos para a transformação da realidade.

Munido do argumento de que a libertação dos homens é um ato histórico, afirmado com Engels em *A ideologia alemã* (1845), para Marx tratar-se-ia de romper grilhões reais ao invés de fantasmáticos. Segundo a descrição de Beer (1957) sobre o assunto, a opção materialista de Marx consolidou-se quando irmanada ao proletariado. Por identificar na atividade humana, e não na atividade da consciência ou do espírito, o movimento de toda história, sua dialética teria reconhecido na luta dos trabalhadores a radicalidade imaginada, mas na prática ausente, pelo idealismo alemão em sua crítica ao mundo. De acordo com Beer, ante às reivindicações do proletariado contra sua exploração, Marx pôde dar concretude à crítica radical do existente na medida em que esse movimento, a saber, teórico, estaria determinada pela situação material dos homens e não por um ideal de humanidade. Segundo Beer:

Durante sua permanência em Paris, Marx consagrou-se inteiramente ao estudo do socialismo e do movimento operário francês. A dialética mostrou-lhe que o proletário era a negação da ordem existente, de que a luta pelo socialismo é a síntese. O elemento positivo é aqui a ordem baseada na propriedade privada e na concorrência. A luta contra essa ordem é a contradição [...] Eis em que consistem as ideias sociológicas fundamentais de Marx: antagonismo irreduzível entre os partidários da ordem antiga e da ordem futura. Mas, quem são esses partidários? Não são indivíduos mais ou menos notáveis nem grupos de homens que se inclinam para tal ou qual ponto de vista por motivos de ordem mais ou menos ideia, e si “classes” com interesses econômicos bem definidos e absolutamente antagônicos (2006, p.510)

Sua análise, ainda que nominalmente não predomine em meio às várias fraturas internas ao marxismo, corresponde ao marco teórico geral em que o essencial da tradição marxista esteve ideologicamente baseado para seus embates. A exposição de Beer fornece um bom enquadramento para compreender os rumos do movimento socialista, servindo como uma introdução para sua forma moderna desde o ponto de vista marxista. Insurreições populares tem sido animadas pelo imaginário subjacente ao argumento de que os trabalhadores geram, através de seu empobrecimento, o enriquecimento dos

capitalistas. A hipótese da luta de classes tem fornecido não apenas o horizonte utópico que conduz as iniciativas contrárias à exploração, como também seus limites conceituais. Evidente que esse conflito não foi inventado por Marx ou pelo marxismo que, em verdade, tão somente deu-lhe inteligibilidade ao fim. De fato, a conversão da “pequena oficina do antigo mestre da corporação patriarcal na grande fábrica do industrial capitalista” (MARX & ENGELS, 2011, p.46) inaugura uma nova etapa histórica na relação entre dominadores e dominados. Considerando o esgotamento da organização medieval do trabalho social, incapaz de satisfazer as necessidades da emergente produção capitalista, o trabalhador teve de ser tornar compossível à máquina para existir socialmente. Pois, o incremento maquínico da produção, por um lado, amplia o volume de produtos do trabalho, mas, por outro lado, por tornar a atividade do trabalhador progressiva e relativamente irrelevante, leva-o à restrições materiais dramáticas na medida em que ela é trocada por uma remuneração que o permite sobreviver. Convertidos numa espécie de apêndices da máquina, ao passo da própria evolução e desenvolvimento do modo de trabalho capitalista, os trabalhadores poderiam se rebelar a partir da situação contraditória na qual estariam submetidos. Como descrito por Marx e Engels no *Manifesto* de 1848:

O aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário cada vez mais precária; os choques individuais entre o operário singular e o burguês singular tornam cada vez mais o caráter de confrontos entre duas classes. Os operários começam a formar coalisões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários (2011, p.48)

Contrapostos aos interesses dos capitalistas, abolir a propriedade privada dos meios de produção seria a alternativa histórica para que os trabalhadores apropriem-se do produto de seu trabalho. Como condição para o usufruto da riqueza que criam a partir do seu “complexo de capacidades físicas e mentais” (MARX, 2013, p.242), caberia aos trabalhadores levarem à forma consciente, na qualidade de sujeitos de sua própria existência, o conflito latente à época burguesa. Elevar à condição de meio para transformação social as contradições geradas pelo capitalismo consistiria na “missão histórica” da classe trabalhadora para superar sua exploração. Organizar o conceitualmente necessário para extrair da realidade social o fundamental para que ela fosse conciliada com as forças que a movem consistiria no grande esforço revolucionário dos trabalhadores contra os privilégios capitalistas rumo ao pós-capitalismo.

Nesse particular, a saber, a devida equação entre teoria e prática revolucionárias, uma importante polêmica emergiu e um panorama do problema, com fins de introdução,

foi ensaiado por Coutinho (2008). Razão de inúmeras controvérsias entre os marxistas, a questão da transição do capitalismo para o socialismo poderia ser considerada a partir da divisão entre a via explosiva e a processual. Sumariamente, na primeira os trabalhadores promoveriam um enfrentamento violento contra os capitalistas; na segunda, ele ocorreria taticamente apaziguado com a ordem criada pela exploração do trabalho, mas estrategicamente insubordinado a ela. A diferença entre as duas táticas corresponde a interpretações distintas do fenômeno estatal e seu desenvolvimento histórico: (i) para a concepção restrita, que assume o Estado como comitê executivo burguês, não resta outra alternativa que a luta franca dos trabalhadores para quebrar o capitalismo; (ii) para a concepção ampliada, que entende a primeira descrição como correta, mas carente de uma atualização histórica, os trabalhadores poderiam aproveitar oportunamente as possibilidades abertas pelo avanço democrático em sociedades capitalistas para suplantá-lo. Sem adentrar em maiores nuances no examinado por Coutinho, para os fins desse artigo, basta reter que a despeito das diferentes concepções de Estado e suas respectivas vias revolucionárias, permanece o consenso quanto ao sentido emancipatório da luta dos trabalhadores contra os capitalistas.

II

Esse consenso está comprometido com uma específica, embora hegemônica, interpretação da teoria marxiana sobre a moderna sociedade capitalista e o problema da transição societária para o comunismo permite observá-la. Ainda que ela encontre motivo nos textos de Marx, essa leitura pode ser questionada à luz de suas próprias reflexões. Talvez seja benéfico explorar uma hipótese de análise sobre o pensamento de Marx que difere radicalmente da tradição marxista, principalmente se admite-se o impasse ante os dilemas contemporâneos dos afiliados a ela. Com outro enfoque a respeito do cerne de sua teoria, o lugar da luta de classes parece ser realocado porque a própria natureza da dominação social no capitalismo passa por uma reconceituação. Mesmo que se considere que o conceito de emancipação política está mais bem delineado que o de emancipação humana, penso não restar dúvida que ambos permanecem igualmente enredados ao descrito na seção anterior acerca da luta de classes.

A noção corrente sobre conflito social moderno caracterizado por Marx, apesar de reforçada, por exemplo, pelo insuflado desfecho do panfleto de 1848, requer atenção porque nele próprio algo destoa de sua exposição geral. Em certa altura, lê-se que “O

capital não é, portanto, um poder pessoal: é um poder social” (2011, p.53). Doravante, o caráter impessoal do capital é demarcado para descrever o sentido da dominação moderna e para realizar uma crítica ao que Marx e Engels chamam de “individualidade burguesa”. Os filósofos argumentam que a supressão da propriedade burguesa coincide com o desaparecimento do indivíduo que compartilha com ela a mesma sede histórica, a saber, a sociedade capitalista. Na minha opinião, em conformidade com o objetivo do presente trabalho, assumiria que consideram que essa propriedade é uma forma social, relativo à sociedade burguesa, e não ao burguês que a experimenta desde sua posição na divisão de classes. Por mais estranha, tendo em vista que o usual seria tomar aquela asserção em sua literalidade, penso que essa escolha merece ser considerada. Em *O capital* (1867), livro em que Marx empreendeu seus maiores esforços, ele conclui o prefácio à da primeira assim:

Para evitar possíveis erros de compreensão, ainda algumas palavras. De modo algum retrato com cores róseas as figuras do capitalista e do proprietário fundiário. Mas aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes. Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas (2013, p.80)

Acredito que haja uma importante diferença entre a interpretação tradicional da luta de classes, sumariamente apresentada na seção anterior, em relação a essa passagem. Se o trecho cotejado do *Manifesto Comunista*, i.e., que pondera o capital como um poder impessoal em relação aos indivíduos, contrasta com a totalidade do redigido, por outro lado, se o mesmo for observado desde o ponto de vista de *O capital*, é o panfleto, e não mais o fragmento, que parecerá exógeno ao sistema marxiano. Numa palavra, poderia se dizer que a imagem de uma dominação sem um dominador está mais bem harmonizada ao que Marx desenvolve em sua contribuição crítica à economia política do que, por assim dizer, sua sociologia política sobre os interesses e antagonismos de classe. No quarto capítulo do livro de 1867, sobre a transformação do dinheiro em capital, Marx afirma que:

Como portador consciente desse movimento, o possuidor de dinheiro se torna capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e de retorno do dinheiro, O conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor – sua finalidade subjetiva, e é somente enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo de suas operações que ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência (2013, p.229)

Segundo Marx, o capital efetiva-se variando sua forma no curso de seu movimento, mas mantendo como traço invariável desse processo sua permanente metamorfose, para autoconstituir-se como um sujeito (2013, p.230). Acredito que essa

assertiva está em plena comunhão com outra plenamente reconhecida entre os marxistas, i.e., que assume que a análise marxiana da mercadoria apresenta o capital como uma relação social e não uma coisa, porém sem a mesma audiência que ela: se ele é uma relação social, o capital é irreduzível aos entes que participam socialmente dela. Talvez, por isso, Jappe (2006, p.24) sublinha que a análise da mercadoria e da forma do valor são o cerne fundamental da teoria marxiana. Sua intenção ao dizê-lo parece querer destacar que ênfase na luta de classes, comum à toda tradição marxista, é insuficiente para compreender a natureza da dominação moderna e, conseqüentemente, de contribuir para sua superação. Sua aposta, no essencial, é similar à de Kurz (1993). Para ele, seria preciso investir na distinção entre a dominação social própria ao capitalismo e o exercício de poder que a classe capitalista é capaz de exercer nessa sociedade para impedir que a teoria marxiana da sociedade moderna se converta num discurso ou contrário à usura ou a favor da abnegação. O reducionismo subjetivista identificado por Kurz, centrado nos interesses dos trabalhadores e dos capitalistas sobre o produzido desde a relação capital-trabalho, parece guiar a as preocupações de Postone em sua reinterpretação da teoria crítica de Marx. Ancorada no antagonismo entre as classes, de acordo com Postone, não apreende que a dissonância de interesses é relativa a outro nível de contradição. Segundo Postone, Marx não procurou realizar uma crítica a respeito do descompasso entre o produzido pelos trabalhadores e o apropriado pelos capitalistas. A análise marxiana não teria sido uma teoria sobre o capital do ponto de vista do trabalho, mas, inversamente, uma crítica do trabalho na sociabilidade armada pelo capital (2014, p.37). A razão desse equívoco derivaria de uma transhistorização da categoria do trabalho, na qual essa atividade aparece como fonte de toda riqueza social, quando, segundo o autor, para Marx, o trabalho assume essa função tão somente no capitalismo. Por isso, para a tradição marxista, ainda que diversa, a luta de classes é central porque, em última instância, ela envolve a disputa entre as classes em torno dessa riqueza. No entanto, “Para Marx, superar o capitalismo envolve abolir o como forma social de riqueza, o que, por sua vez, resulta na superação do modo determinado de produção desenvolvido sob o capitalismo” (2014, p.43).

Uma marca central do capitalismo, e que as pessoas não controlam sua própria atividade produtiva ou o que produzem, mas são, em última análise, dominadas pelos resultados dessa atividade. Essa forma de dominação e expressa como oposição entre indivíduos e sociedade, constituída como uma estrutura abstrata. A análise de Marx dessa forma de dominação e uma tentativa de basear e explicar o que, nos seus primeiros textos, ele chamou de alienação [...] Com a sua categoria do capital, Marx analisou como são constituídos esses poderes e conhecimento sociais em formas objetivadas que se tornam quase independentes dos indivíduos que as constituem, e que sobre eles exercem uma forma de dominação social abstrata (2014, p.47)

Asseverando sua diferença para o marxismo tradicional, Postone destaca a diferença do sentido emancipatório concernente a essa teoria da dominação. Por não ser uma denúncia da exploração do trabalho, mas uma exposição sobre as relações sociais que caracterizam o capitalismo, cuja a centralidade do trabalho é uma necessidade para seu desenvolvimento, a compreensão tradicional da superação dessa sociabilidade perde sentido. O que, a meu ver, considerando o apresentado nessa seção, permite-me conjecturar algumas hipóteses. Se a dominação no capitalismo é abstrata o que deveria ser sua emancipação? Dado que o capital é um poder social, irredutível aos envolvidos em seu complexo movente, sua abolição significaria o que para os indivíduos? Comunismo seria uma sociedade em que o coletivo impera sobre os indivíduos, numa reconciliação idílica das partes com o todo, em oposição ao capitalismo? Mas será mesmo o capitalismo uma sociedade em que o indivíduo impera sobre o coletivo? Não pode ser, a não ser que se dê crédito ao que Marx criticou como “ilusões desprovidas de fantasia das robinsonadas do século XVIII” ao comentar a teoria do sujeito subjacente aos discursos científicos de Smith e Ricardo (2011, p.39). Inicialmente, para concluir o presente texto e abrir espaço para um esforço posterior, talvez devêssemos trabalhar sobre o conceito de emancipação humana para esclarecê-lo. Um engajamento exigido não pela ausência de determinações que permitam pensá-la concretamente, mas para desenvolvê-la em correspondência ao próprio caráter da dominação social exercida pelo capital.

BIBLIOGRAFIA

- BEER, M. **História do socialismo e das lutas sociais**. São Paulo, Expressão Popular, 2006.
- COUTINHO, C. N. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo, Cortez, 2008.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto comunista**, São Paulo, Boitempo, 2011.
- FREDERICO, C; SAMPAIO, B. **Dialética e Materialismo: Marx entre Hegel e Feuerbach**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.
- JAPPE, A. **As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor**. Portugal, Antígona, 2006.
- KURZ, R. **Dominação sem sujeito: sobre a superação de uma crítica social redutora**. Publicado em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz86.htm>.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.
- _____. **Grundrisse**. São Paulo, Boitempo, 2011.
- _____. **O capital**. São Paulo, Boitempo, 2013.
- POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo, Boitempo, 2014.
- VÁZQUEZ, A. **Filosofia da práxis**. São Paulo, Expressão Popular, 2007.